

Hipótese a respeito da extensão da superexploração do trabalho no capitalismo avançado desde a perspectiva da teoria marxista da dependência

Adrián Sotelo Valencia¹

Resumo: A categoria de superexploração do trabalho é historicamente *constitutiva* das economias e sociedades latino-americanas, ao mesmo tempo que, neste momento, está se tornando *operacional* na economia internacional, especialmente nos países avançados do sistema capitalista. Isso ocorre também na suas *novas periferias*, que se tornam elos das cadeias globais de produção de valor e valorização do capital da região europeia e de suas empresas transnacionais.

Palavras-chave: lei do valor; superexploração; mais-valia.

Abstract: The category of super-exploitation of labor is historically constitutive of Latin American economies and societies, while at the moment it is becoming operational in the international economy, especially in the advanced countries of the capitalist system, but also in its new peripheries, which Become links of the global chains of production of value and valorization of the capital of the European region and its transnational companies.

Key-words: law of value; super-exploitation; surplus value.

¹ Sociólogo, pesquisador do *Centro de Estudios Latinoamericanos* da FCPyS da UNAM, México. E-mail: sotlova@gmail.com. Traduzido do castelhano por Diógenes Moura Breda.

Introdução

Nos últimos anos, tem ganhado força uma ideia relativa à possibilidade de que um intenso processo de superexploração do trabalho esteja se estendendo no mundo desenvolvido ou seja, – nas economias avançadas do capitalismo central –, em virtude das múltiplas dificuldades que o capitalismo está enfrentando em escala global (SOTELO, 2010). Muitos autores tem mostrado ceticismo diante dessa ideia, outros a assumindo de maneira propositiva, não para tomá-la como verdadeira dentro de um esquema rígido e dogmático, mas apenas para iniciar um processo de pesquisa e reflexão no marco teórico-metodológico da teoria marxista da dependência, particularmente em função das teses nucleares de Ruy Mauro Marini. Desta forma, consideramos que para ambas perspectivas ainda não existe acúmulo de dados, informação e evidências suficientes que possam coroar de forma exitosa esta tarefa. Talvez ainda seja necessário esperar que a realidade e, conseqüentemente, o debate amadureçam. No presente ensaio, problematizamos primeiramente este tema. Em seguida, empreendemos sua justificação, destacando a tese de Marini a respeito; por último, esboçamos uma hipótese que poderá servir como linha de pesquisa para o futuro. Para tal, consideramos a bibliografia mais relevante, ainda que devamos esclarecer que a mesma é escassa, dada a temporalidade e a proximidade do fenômeno, que ainda está em amadurecimento, e também devido à inexistência de debate sobre este relevante e transcendental tema. O ensaio, portanto, situa-se em um alto nível de abstração.

Proposta teórica de Marini a respeito da generalização da superexploração do trabalho

A teoria da exploração do trabalho assalariado – centro da obra monumental *O Capital* e dos *Grundrisse* – está construída em um nível bastante alto de abstração, onde o conceito de *exploração* (como categoria relacional fundamental e constitutiva da sociedade histórica capitalista) é fundamental para edificar a teoria da mais-valia e do lucro dentro do modo de produção capitalista e não em outro, feudal ou servil. Na ausência deste conceito, não se pode sequer imaginar a elaboração e a compreensão da lei do valor-trabalho como eixo central da teoria da produção e reprodução capitalista, como tampouco se pode compreender a teoria marxista da dependência.

Foi Marini quem contribuiu com uma teoria específica sobre a natureza de tais sociedades a partir das ferramentas da economia política, em particular d'*O Capital*, que contém uma teoria geral sobre o desenvolvimento, a crise e a decadência do capitalismo. Em síntese, Marini chegou a uma concepção peculiar, a de superexploração do trabalho, como uma categoria que se deriva da teoria do valor-trabalho e dos preços de produção, expressando, assim, a especificidade das relações sociais e de produção que operam nas formações econômico-sociais dependentes inseridas na economia capitalista mundial.

Dentro do suporte teórico, metodológico e analítico do marxismo e da teoria do valor-trabalho de Marx, Marini proporcionou à sociologia do trabalho importantes instrumentos teóricos e analíticos para compreender os fenômenos mundiais a partir de uma visão crítica e global das formações econômico-sociais dos países dependentes, diferenciando-as das trajetórias que marcaram o desenvolvimento histórico do capitalismo europeu. Especificamente, o autor indicou a *articulação* necessária da mais-valia (absoluta e relativa) com o desenvolvimento da produtividade do trabalho e, por conseguinte,

com a tecnologia, no contexto da expansão do capitalismo mundial mediante a inserção e subordinação dos países dependentes e subdesenvolvidos aos centros hegemônicos.

Historicamente, estes países contribuíram para acelerar a transição da mais-valia absoluta à relativa nos países desenvolvidos do capitalismo clássico (Inglaterra), especificamente na época da revolução industrial. Atualmente, os países dependentes, não importando seu “grau de desenvolvimento”, seguem transferindo valor e mais-valia aos países capitalistas hegemônicos, configurando a *troca desigual* que estimula a superexploração do trabalho, ainda que não se derive diretamente dela (MARINI, 1978, p. 63-64; para uma discussão sobre intercâmbio desigual ver Emmanuel (1972) e Emmanuel et al (1971)).

Por último, ao mesmo tempo e de forma contraditória, os países dependentes, ao operarem desta maneira, contribuíam para *bloquear* ou desestimular – em função da produtividade do trabalho – o desenvolvimento da mais-valia relativa no próprio âmbito de seus sistemas de produção e de reprodução do capital, aprofundando assim as tendências à *intensificação* da superexploração da força de trabalho por meio da *redução do fundo de consumo* dos trabalhadores e de sua conversão em *fonte adicional de acumulação de capital* (MARINI, 1973, p. 100).

Por outro lado, na *Dialética da dependência* (1973) encontramos uma tipologia integrada por duas formações econômico-sociais existentes na economia mundial (MARINI, 1973, p. 40): uma alicerçada na maior exploração extensiva e intensiva da força de trabalho e outra, de forma preferencial, baseada na produtividade do trabalho e no desenvolvimento constante da mais-valia relativa.

Com a globalização, a partir da década de 1980, a economia internacional entrou em uma fase caracterizada pela progressiva diminuição das fronteiras econômicas nacionais para cobrir mercados cada vez mais amplos, exigentes, complexos e competitivos. Essas características, a longo prazo, intensificaram a concorrência entre

as grandes empresas do planeta para a obtenção – e apropriação de – *lucros extraordinários*, que são o *motor* do desenvolvimento contemporâneo do capitalismo (MARINI, 1996, p. 49-68). Neste contexto, aprofundou-se e difundiu-se o desenvolvimento tecnológico para padronizar mercadorias e facilitar sua troca em escala global, o que a longo prazo provocou uma marcada *tendência à homogeneização dos processos produtivos*, da produtividade do trabalho e, concomitantemente, da intensidade do mesmo. A crescente homogeneização tecnológica e sua difusão em praticamente todo o mundo impactaram também no nivelamento dos preços, na generalização da lei do valor (MARINI, 1996, p. 64) e, evidentemente, também no mundo do trabalho.

Colaboraram para o fortalecimento dessa abertura das nações e do mercado mundial – que começou na década de 1980 – as práticas econômicas e políticas do neoliberalismo: abertura externa, privatização do setor público, liberalização financeira, desmonte das instituições sociais do Estado de bem-estar e a regulação da força de trabalho, do emprego e dos salários pelas forças do mercado e pela taxa de lucro extraordinários.

O aspecto *peculiar* deste *regime* de superexploração do trabalho consiste em que obstaculiza, de maneira estrutural e social, o desenvolvimento da capacidade produtiva e a possibilidade de uma maior incorporação da tecnologia de ponta nos processos de trabalho – fenômenos que impossibilitam que a mais-valia relativa se conforme como um sistema hegemônico capaz de liderar o processo econômico dos países dependentes. Cria-se, assim, um círculo vicioso que a economia dependente é incapaz de superar porque nunca completou seu ciclo de industrialização e, ademais, prevalecem os obstáculos para que este ocorra, derivados tanto da forma que a industrialização assumiu no passado (truncada, inacabada e insuficiente), quanto da maneira como se articulou com o ciclo do capital, com as estruturas de classes e o com poder político nas formações sociais dependentes latino-americanas.

Globalização da superexploração do trabalho no sistema capitalista

A globalização generaliza e estimula a lei do valor, a determinação do valor da força de trabalho e das mercadorias (materiais e imateriais) pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção e reprodução, em condições verdadeiramente internacionais. Com auxílio da computação e da internet, agora é mais fácil conhecer e determinar o valor da força de trabalho do operário japonês, alemão, norte-americano ou mexicano e medir suas magnitudes quantitativas e qualitativas. Se a vigência da lei do valor e sua extensão explicam a base da globalização do capital, uma segunda hipótese postula que o regime de superexploração do trabalho, que Marini circunscreveu às economias dependentes da periferia capitalista em *Dialética da dependência*, começa a estender-se significativamente aos países desenvolvidos, ainda que adotando formas particulares. Esta hipótese se ampara no pensamento de Marini (1996, p. 49-68), e foi ele quem a sugeriu previamente em alguns de seus escritos.

Marini suscita a necessidade de colocar em evidência o debate sobre a questão da superexploração do trabalho no mundo contemporâneo, como processo que já não seria apenas exclusivo das economias dependentes latino-americanas, mas também – devido à mundialização do capital e dos processos estruturais e superestruturais que a acompanham – estaria se generalizando em âmbitos laborais cada vez menos restritos e em processos de trabalho dos próprios países industrializados, atingindo segmentos cada vez mais generalizados da classe trabalhadora e do proletariado destes países. Neste contexto, surgiu uma tendência caracterizada pelo fato de que: 1) a difusão tecnológica tende a padronizar as mercadorias para facilitar sua troca em escala global, o que, a longo prazo, 2) provoca uma maior homogeneização dos processos produtivos e tecnológicos, 3) e a igualação tendencial da produtividade do trabalho e, concomitantemente, de sua intensidade.

A FT: estratégica na produção de lucros extraordinários

Um ponto chave desta proposição de Marini consiste em revelar a *tendência à homogeneização do capital constante*, fixo e circulante (Marini, 1996, p. 61), uma vez que tal fato se relaciona com a determinação da taxa de lucro como traço distintivo que divide duas épocas históricas do desenvolvimento capitalista mundial (MARINI, 1996, p. 61). Como resultado disso, chega-se uma segunda *conclusão estratégica* da análise marinista: “a homogeneização tecnológica, ao estimular tendencialmente a igualação das composições orgânicas do capital na economia mundial, aumenta a importância do trabalhador como fonte de lucros extraordinários” (MARINI, 1996, p. 65) e, conseqüentemente, a *superexploração* do trabalho se conforma como o fator principal para enfrentar o agravamento da concorrência capitalista à escala mundial e as crescentes dificuldades que o capital enfrenta em seu contraditório processo de produção de valor e de mais-valia.

A tecnologia informática em rede aplicada à produção estende o desemprego, provocando um aumento da taxa de exploração dos trabalhadores empregados através do aumento da jornada de trabalho (mais-valia absoluta), de sua intensificação (mais-valia relativa) e da remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor (superexploração). De acordo com Marini, estas três condições são essenciais para que o *regime* de superexploração do trabalho possa operar em qualquer circunstância.

Este processo começa a operar nos países do capitalismo avançado, em suas estruturas produtivas e laborais, de onde Marini infere que “se generaliza para todo o sistema, inclusive para os centros avançados, o que era um traço distintivo – ainda que não privativo – da economia dependente: a superexploração do trabalho” (Marini, 1996, p. 65, grifo e tradução nossos). Desta maneira, a superexploração do trabalho está convertendo-se em um importante fator da economia mundial e de seus processos de valorização e acumulação de capital

que, no entanto – esclarecemos – não anula as relações estruturais de dependência com os centros imperialistas.

Hegemonia da mais-valia relativa e a superexploração do trabalho

Um dos fios condutores da teoria da dependência consiste em determinar a relação entre a mais-valia relativa e a superexploração do trabalho, já que “o problema está, portanto, em *determinar o caráter que assume na economia dependente a produção de mais-valia relativa e o aumento da produtividade do trabalho.*” (MARINI, 1973, p. 100, tradução nossa). Por isso, é de vital importância considerar dois problemas essenciais: primeiro, por que e devido a que causas, na economia dependente, a mais-valia relativa tem tantas dificuldades para abrir caminho e conformar-se como regime hegemônico nos sistemas produtivos e de trabalho, como ocorreu nos países de capitalismo clássico e ao longo do seu desenvolvimento. Em segundo lugar, como é que, particularmente quando surge e se desenvolve a industrialização substitutiva de importações na América Latina, a superexploração do trabalho continua subsumindo a mais-valia relativa, evitando, assim, que esta se torne hegemônica no sistema. Nesta problemática radica, a nosso ver, a essência do processo da dependência e da superexploração do trabalho. Consideramos que o elemento *específico e característico* que prevalece historicamente nas economias dependentes é a constituição de um modo de produção dependente – articulado-subordinado ao sistema capitalista mundial, como disse Marini – alicerçado em um *regime* de superexploração do trabalho que obstaculiza sistematicamente a implantação da mais-valia relativa como eixo do processo de acumulação e reprodução do capital. Por isso, a diferença substancial do capitalismo avançado em relação ao dependente consiste em que, no primeiro, a mais-valia relativa é hegemônica no sistema produtivo, enquanto que, neste último, a mais-valia está subordinada às antigas formas de produção

capitalistas: a mais-valia absoluta e a superexploração do trabalho, que precederam historicamente a mais-valia relativa.

O exposto acima se deve a que desde o princípio o capitalismo avançado articulou e subordinou a mais-valia absoluta – extensão da jornada de trabalho, intensificação da força de trabalho – à mais-valia relativa, pelo menos desde o longo período da revolução industrial na Inglaterra, e incorporou paulatinamente os trabalhadores no consumo de bens produzidos pelas fábricas da grande indústria. Foi isso que influenciou o próprio Marx (2000, p. 235) a vislumbrar a possibilidade empírica da superexploração do trabalho – a redução do salário abaixo do valor da força de trabalho – mais como um fenômeno de concorrência e conjuntura, encaminhado a enfrentar a queda tendencial da taxa de lucro, do que como um comportamento estrutural de longo prazo e como regularidade da análise geral do capital. Isso, porém, é congruente com sua premissa metodológica sustentada ao longo d’*O Capital* e que consiste no *suposto* de que o *valor* da força de trabalho (como o de qualquer outra mercadoria) *corresponde* sempre a seu *preço* de mercado.

O mérito e a novidade da proposta de Marini a respeito da teoria da dependência radica em que ele forjou a categoria de *superexploração* como o *núcleo duro* e princípio reitor do desenvolvimento capitalista nas formações econômico-sociais subdesenvolvidas da periferia do sistema mundial, permitindo diferenciá-lo histórica e estruturalmente do desenvolvimento dos países do capitalismo chamado clássico. Aplicando tal diferença à análise do capitalismo contemporâneo e, em particular, à nova etapa histórica que se abriu no final da década de 1980 – com a queda do muro de Berlim em 1989, a desintegração da União Soviética e a invasão imperialista dos Estados Unidos ao Iraque na chamada Guerra do Golfo (1991); pela aplicação generalizada e em grande escala da informática, na produção material e imaterial, e das telecomunicações (terceira revolução industrial) – Marini aponta *três condições* que o capital teve que reunir previamente para abrir esta nova etapa da história.

Em *primeiro lugar*, acentuou-se o grau de exploração do trabalho em todo o sistema para incrementar a massa de mais-valia – o que foi possível, agrega o autor, com as derrotas do movimento operário e popular nos países do centro e da periferia capitalista, incluindo a América Latina. Em *segundo lugar*, intensificou-se a concentração de capitais nas economias avançadas para garantir os investimentos no desenvolvimento científico-tecnológico e na modernização industrial, o que implicou fortes transferências de valor a partir dos países dependentes da América latina (a chamada *troca desigual*), incrementando assim a acumulação do capital e, conseqüentemente, agravando os problemas de emprego, salário, marginalidade e miséria social de amplos setores de sua população. A *terceira condição* é a ampliação da escala de mercado para a realização dos numerosos investimentos necessários à modernização do aparato industrial. Tudo isso, conclui Marini, reatualizou as leis e os mecanismos básicos do sistema:

especialmente a lei do valor [...] que opera por meio da comparação do valor real dos bens, ou seja, do tempo de trabalho consumido em sua criação, incluídos o tempo de trabalho que demandam os insumos e os meios de produção, assim como a reprodução da força de trabalho (MARINI, 1990, tradução nossa).

Proposta de método de interpretação para abordar a pesquisa e a análise do fenômeno emergente da extensão da categoria de superexploração do trabalho no capitalismo avançado

A superexploração do trabalho se configura como uma realidade cada vez mais presente em todos os países industrializados do capitalismo global. A nova morfologia deste sistema se assenta na superexploração do trabalho, porém, como afirmamos, esta assume formas distintas nos diferentes países e regiões, em função do regime que predomine: o de mais-valia relativa ou a superexploração.

O mundo de hoje é muito mais complexo que o de décadas passadas. Por esta razão, nos países dependentes, a superexploração do trabalho determina a dinâmica da produção de mais-valia relativa, apesar dos avanços em matéria de industrialização e incorporação de tecnologia nos processos produtivos e de trabalho através da industrialização, do desenvolvimento da agroindústria e da mineração moderna, os quais incorporam componentes da informática. No entanto, nos países avançados – convulsionados pela crise e pela severidade das políticas de austeridade praticadas por seus governos neoliberais contra sua população – a superexploração é uma categoria que depende das dinâmicas de produção e reprodução da mais-valia relativa, além de determinações político-institucionais referentes à dimensão do Estado, na medida em que barateia o valor da força de trabalho e incide na redução dos bens e serviços que conformam seu fundo de consumo para colaborar com aumento da massa e da taxa de mais-valia.

A compreensão da possibilidade de se estender a superexploração do trabalho aos países avançados ainda permanece incipiente e restrita a certas expressões teóricas, algumas empíricas e a um reduzido núcleo de autores que a perceberam à luz das problemáticas do capitalismo contemporâneo (MARTINS, 2011). Isso se explica, em parte, pelo caráter recente do fenômeno que se estende paulatinamente através de uma série de medidas econômicas e de políticas públicas implementadas atualmente nos países imperialistas. Apesar disso, já existem alguns temas e conteúdos sobre estas problemáticas que nos permitem abordá-las no contexto da crise do capitalismo, independentemente das diversas interpretações que foram feitas sobre ela, e que se expressa no aspecto social e no mundo do trabalho mediante uma série de medidas que afetam negativamente os salários, o tempo de trabalho e o consumo da sociedade nos países da União Europeia, nos Estados Unidos e em outros, como o Japão. Estes países, nos últimos anos, viram suas condições de vida e de trabalho diminuídas, evidenciando que, aparentemente, não há outra

saída possível pelo lado do capital senão o aprofundamento desta situação, sustentando, conseqüentemente, a introdução do regime de superexploração em tais sociedades – abrindo a possibilidade de construir, pela primeira vez na história, um autêntico proletariado internacional capaz de propor tarefas comuns de transformação social.

Para os propósitos deste artigo, o importante é constatar se a superexploração do trabalho se implanta e se desenvolve sob a hegemonia da mais-valia relativa e com os limites estruturais que esta lhe impõe – como parece estar ocorrendo nos países de capitalismo avançado –, ou se ela se configura ao mesmo tempo que subordina e bloqueia, como nós supomos, a mais-valia relativa, como sucedeu durante a industrialização substitutiva de importações nos países que elevaram seus coeficientes de industrialização e desenvolveram os mercados internos de consumo e de trabalho na América Latina.

De qualquer maneira, estão sendo criadas as bases econômicas, políticas e institucionais para que a superexploração da força de trabalho possa operar, de forma que este regime *deixaria* de ser exclusivamente um *regime próprio* das economias dependentes, para *estender* seu raio de ação aos *países desenvolvidos*, como propôs corretamente Marini. Desta forma, a superexploração se converte no elo que ata os novos sistemas de organização do trabalho como o pós-fordismo, o toyotismo e outros, como a reengenharia organizacional.

Quando afirmamos que a superexploração do trabalho *se projeta* na economia internacional, de forma alguma afirmamos que já não constitui a característica definidora da economia dependente – questão absurda que não leva a nenhum resultado e, mais que isso, gera confusão e prejudica o desenvolvimento da teoria. Se fosse assim, o próprio Marini não teria feito esta proposição. Significa, ao contrário, que o capital, em seus afãs de lucro, não tem inibição nem limites para explorar a força de trabalho, inclusive em redobrar a exploração (hiper-exploração do trabalho, poderíamos dizer) para manter sua reprodução numa escala crescente de acordo às suas prerrogativas de rentabilidade. Inclusive,

isso é congruente com esta outra afirmação de Marini, que articula a lei do valor com a tendência à universalização da superexploração nos países avançados:

Deve-se levar em conta que a tendência que caminha no sentido de aumentar a superexploração não vale somente para os capitais que cedem valor, no processo de transferência, mas também para os que se apropriam do valor, já que é evidente que isto lhes permite obter quantidades de valor superiores às que poderiam incorporar normalmente. Em outras palavras, a universalização da lei do valor, ao inclinar-se a permitir tão somente as transferências de valor que, em seu contexto, podem ser consideradas legítimas, não caminham no sentido da supressão da superexploração do trabalho, mas ao seu aprofundamento (MARINI, 1993, p. 12, tradução nossa)

Como vemos, a universalização da superexploração permite ao capital global, tanto nos países dependentes quanto nos países de capitalismo avançado, obter mais-valia *adicional* para os capitais hegemônicos dos países imperialistas. O único limite está marcado pelas lutas de classes e pelas determinações estruturais e político-sociais de ambas formações da economia capitalista mundial.

A título de recapitulação para novos caminhos de pesquisa

A superexploração do trabalho, que antes era reservada às economias dependentes, hoje está se convertendo num mecanismo articulado com os métodos de produção da mais-valia relativa, da qual lançam mão as empresas transnacionais e o Estado nos países do capitalismo central com o impulso que lhes conferem as reformas estruturais de carácter neoliberal em andamento – como as trabalhistas –, ao contrário do que ocorre no capitalismo dependente, onde a

generalização da mais-valia relativa é bloqueada sistematicamente pela prevalência do regime de superexploração do trabalho, o qual opera como base estrutural da reprodução de capital em escala global (Smith, 2016). Neste contexto, a superexploração do trabalho se implanta nos países do centro do sistema mundial como mecanismo de contenção da queda da rentabilidade e dos investimentos de capital, sem alterar sua essência ou substituí-la nos países dependentes. Portanto, não se apaga a relação de dominação centro/periferia, metrópole/satélite ou império/dependência. A diferença substancial, em ambos “tipos” ou modalidades de capitalismo, consiste em que nos países dependentes a superexploração funciona sob a égide de processos de produção e de trabalho fundados na mais-valia absoluta, na intensificação do trabalho e, por último, na redução do fundo de consumo do trabalhador. No capitalismo avançado, ao contrário, a superexploração se circunscreve aos ciclos dominantes do capital – que funcionam em termos regionais e internacionais – sob a hegemonia da mais-valia relativa, o incessante aumento da capacidade produtiva do trabalho, a aplicação da ciência e da tecnologia aos processos produtivos e de trabalho e, por último, em função dos processos internos dos mercados de consumo que exigem certo poder de compra das classes trabalhadoras para dinamizá-los, ainda que em muitas frações delas os níveis salariais estão sendo reduzidos, engendrando populações trabalhadoras de baixos salários, pobres, precárias, polivalentes, com baixo poder de compra e acesso limitado para adquirir os meios de consumo básicos para a vida.

Bibliografia

EMMANUEL, Arghiri; BETTELHEIM, Charles; AMIN, Samir; PALLOIX, Christian. *Imperialismo y comercio internacional (El intercambio desigual)*. México: Pasado y Presente, 1971.

EMMANUEL, Arghiri. *El intercambio desigual. Ensayo sobre los antagonismos en las relaciones económicas internacionales*. México: Siglo XXI, 1972.

MARINI, Ruy Mauro. "Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra)". In: *Revista Mexicana de Sociología*, México: IIS-UNAM, n. especial, 1978, pp. 57-106.

_____. "Proceso y tendencias de la globalización capitalista". In: Marini, Ruy Mauro & Millán, Mária (org.). *La teoría social latinoamericana, vol. iv, Cuestiones contemporáneas*. 2a ed. México: El Caballito, 1996, pp. 49-68.

_____. *Dialéctica de la dependencia*. México: Era, 1973.

_____. Prefacio. In: SOTELO VALENCIA, Adrián. *México, Dependencia y modernización*. México: El Caballito, 1993.

MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Carlos. *El capital*, crítica de la economía política, III. 2a ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

SMITH, John. *Imperialism in the Twenty-First Century: Globalization, Super-Exploitation, and Capitalism's Final Crisis*. New York: Monthly Review Press, 2016.

SOTELO VALENCIA, Adrián. *Crisis capitalista y desmedida del valor: un enfoque desde los Grundrisse*, México: ITACA ; FCPyS – UNAM, 2010.

